

# A vitória da sociedade organizada

**Dra. Adriana Franco de Souza**



Advogada da área tributária do escritório Bueno Barbosa Advogados Associados

Criamos um precedente. Pela primeira vez o Governo Federal recuou em sua tentativa de aumentar a carga tributária, especialmente àquela suportada pela classe de prestadores de serviços. A “queda” da Medida Provisória 232, que aumentava de 32% para 40% o percentual para apuração da base de cálculo do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foi uma significativa vitória da sociedade que, de forma espetacular, mobilizou-se em prol de um objetivo comum, cujo êxito foi atingido no derradeiro dia do mês de março.

A Medida Provisória 243 representou o recuo do Governo Federal em sua estratégia de majorar a já excessiva carga tributária do país (de mais de 36% do PIB nacional), coagido que foi pelas frentes movidas por associações de classe e pela sociedade em geral, indignados com

o cenário político-fiscal. A própria ABCDI – Associação Brasileira de Clínicas de Diagnóstico por Imagem, por meio de seus dirigentes, representou seus associados em Brasília, pleiteando a rejeição da mencionada MP no Congresso Nacional. Uma ação judicial de caráter coletivo e preventivo também foi por ela proposta, cujo trâmite, agora, restou prejudicado devido ao declínio do ente tributante. Restou, portanto, às Casas do Congresso aprovar única e tão somente o reajuste da tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física.

Todavia, cantemos a vitória de uma batalha, tendo consciência de que ainda não ganhamos a guerra. Para cobrir o rombo da redução na arrecadação do IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física decorrente do reajuste da tabela progressiva, o Governo Federal deverá, em breve, se arriscar em nova empreitada. Certamente majorando ou criando as ditas contribuições sociais, a exemplo da Cofins, tributo cuja receita arrecadada não é dividida com os entes federados, tal qual se faz com a receita do IPI e do IR. É provável que essa “saída” seja a escolhida pelos nossos políticos, já que a outra possível – a redução dos gastos públicos – não lhes parece tão viável.

Daí, pois, a importância de toda a sociedade continuar se organizando em frentes de protestos contra os atos abusivos da Administração Pública, haja vista que todos nós sentimos em nossos bolsos o resultado do aumento da carga tributária. Foi assim quando da criação da “CIDE Combustível”, contribuição que incide sobre as operações de comercialização de petróleo e seus derivados; para se

ter verdadeira idéia do impacto de tal tributação para o consumidor final do produto, basta saber que para cada litro de gasolina de pagamos, R\$ 0,50 (cinquenta centavos) refere-se à majoração do preço do combustível em decorrência da CIDE.

A título de curiosidade, vale lembrar que a carga tributária do país teve um aumento de 13,7% após a promulgação da Constituição Federal vigente, ou seja, após 1988. Na comparação de *tributação x renda per capita*, o Brasil encontra-se ao lado de países como a África do Sul, com baixa renda per capita (US\$ 2.500) e elevada carga tributária (acima de 30%); no outro extremo encontram-se países como França, Dinamarca, Suécia, Áustria, entre outros, com renda per capita entre US\$ 22.500 e US\$ 30.000, para uma tributação entre 45% e 52%. Considerando os números mais elevados, temos que os países europeus possuem uma tributação proporcionalmente muito inferior à nossa, dada a gigantesca diferença entre as rendas per captas verificadas. Há, ainda, uma atenuante; o discurso é antigo, mas válido. Sabe-se que nesses países o contribuinte não tem gastos com educação, saúde, segurança, transporte público, etc., já no Brasil...

Resta, então, à toda sociedade a necessidade de se indignar diante dos arbítrios freqüentemente cometidos pelo Governo Federal, indignação esta que trará forças para que cobremos dos nobres colegas deputados e senadores uma posição mais justa e digna para nós administrados. Copiando o adágio do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, “A luta continua, companheiros!”.